

## Aviso de privacidade e proteção de dados pessoais

A AGAFARMA - Associação Gaúcha de Farmácias e Drogarias Independentes entendendo a importância da sua privacidade e compreendendo a necessidade da transparência sobre os processos de coleta e tratamento dos dados pessoais por ela tratados em suas atividades, elaborou o presente documento, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei geral de Proteção de Dados (LGPD) - sancionada em 14 de agosto de 2018, que representa um grande passo no que se refere à privacidade das pessoas, pois estabelece regras de tratamento de dados pessoais nos meios físicos e digitais, objetivando proteger os direitos de liberdade e privacidade dos titulares de dados pessoais, ou seja, do consumidor.

**Agente de Tratamento de Dados:** Associação Gaúcha de Farmácias e Drogarias Independentes – AGAFARMA - associação sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o número 01.596.100/0001-04, sediada na Av. Plínio Kroeff, nº 980, Bairro: Rubem Berta, Município de Porto Alegre/RS.

**Qualificação do Agente de Tratamento de Dados:** Predominantemente Controladora

**Finalidade Enquanto Controladora:** Fornecimento de produtos.

**Compartilhamento:** Poderá ocorrer o compartilhamento, nos termos da legislação vigente, ou seja, quando necessário, para adequação à finalidade da controladora, em especial com prestadores de serviços de apoio técnicos assim como aquelas decorrentes do cumprimento de obrigação legal.

**Direitos do Titular dos Dados:** Conhecimento dos procedimentos de tratamento de dados adotados pela empresa, consentimento, revogação e portabilidade dos dados, acesso, correção, bloqueio e eliminação de dados, entre outros previsto em lei e pendentes de regulamentação pela ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

**Medidas de Segurança dos Dados:** Implementação de medidas técnicas e organizacionais de segurança da informação, atualização cultural e procedimentos jurídicos adequados.

### 1. OBJETIVO

O Presente Aviso de Privacidade traz as normas consolidadas na lei, as quais devem ser seguidas e adequadas, em sintonia com as regras determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), visando esclarecer a forma de tratamento de dados

Este documento está classificado como público para fins da Lei Geral de Proteção de Dados.  
Versão 001/2022

operada pela Associação Gaúcha de Farmácias e Drogarias Independentes – AGAFARMA.

O objetivo principal do presente aviso é informar aos titulares de dados seus direitos e obrigações que devem ser seguidas pela agente de tratamento de dados, esclarecendo as formas de coleta, uso, finalidade e armazenamento dos dados, bem como as medidas de segurança implementadas para manutenção da privacidade dos dados disponibilizados, nos termos previstos pela Lei Geral de Proteção Dados Pessoas – Lei nº 13.709/2018.

## 2. DEFINIÇÕES

TERMO	SIGNIFICADO
<b>ANPD</b>	Autoridade Nacional de Proteção de Dados, é o órgão governamental responsável por implementar e fiscalizar o cumprimento da LGPD.
<b>Consentimento</b>	é a livre manifestação do titular de dados informando inequivocadamente que concorda com o tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis pelo agente de tratamento dos dados.
<b>Cookies</b>	são os arquivos enviados pelo servidor do site para o computador do usuário, com a finalidade de identificar o computador e obter dados de acesso, como páginas navegadas ou links clicados, permitindo, desta forma, personalizar a utilização do site, de acordo com o seu perfil. Também podem ser utilizados para garantir uma maior segurança dos usuários ao site.
<b>Controlador</b>	pode ser representado por uma pessoa física ou jurídica, tanto de direito público ou privado, responsável por realizar a tomada de decisões referente ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
<b>Dados pessoais</b>	são todas as informações que permitem identificar ou fazer identificável uma pessoa física.
<b>Dados pessoais sensíveis</b>	são todas as informações que permitem identificar ou fazer identificável uma pessoa física por meio de características individuais, tais como origem racial ou étnica, convicções religiosas e/ou políticas, filiações de modo geral, dados referentes à saúde, genética ou biométrico, orientação sexual, entre outros.
<b>Operador</b>	pode ser representado por uma pessoa física ou jurídica, tanto de direito público ou priva, que será responsável pela realização do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome do controlador.
<b>Encarregado</b>	é pessoa indicada pelo controlador para atuar como canal de comunicação entre o controlador e operador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) - Agentes de tratamento: o controlador e o operador;
<b>Titular</b>	é a pessoa física que pode ser identificada pelos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.
<b>Tratamento de dados</b>	é a operação realizada com os dados pessoais, cuja etapas podem ser de coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, entre outras previstas em lei.

Este documento está classificado como público para fins da Lei Geral de Proteção de Dados.  
Versão 001/2022



### 3. TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados pessoais possui cinco fases: **coleta, retenção, processamento, compartilhamento e eliminação.**

Os dados serão coletados nos termos previstos na legislação, para fins de cumprimento de contrato, cumprimento de obrigação legal, interesse legítimo, consentimento, e outros previstos nos termos do artigo 7º da Lei 13.709/2018:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - **mediante o fornecimento de consentimento** pelo titular;

II - para o **cumprimento de obrigação legal ou regulatória** pelo controlador;

III - **pela administração pública**, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

IV - **para a realização de estudos por órgão de pesquisa**, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais;

V - **quando necessário para a execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato** do qual seja parte o titular, a pedido do titular dos dados;

VI - **para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral**, esse último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

VII - **para a proteção da vida ou da incolumidade física** do titular ou de terceiro;

VIII - **para a tutela da saúde**, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária;

IX - **quando necessário para atender aos interesses legítimos do controlador ou de terceiro**, exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais; ou

X - **para a proteção do crédito**, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.

§ 1º (Revogado)

§ 2º (Revogado).

§ 3º O tratamento de dados pessoais cujo acesso é público deve considerar a finalidade, a boa-fé e o interesse público que justificaram sua disponibilização.

§ 4º É dispensada a exigência do consentimento previsto no caput deste artigo para os dados tornados manifestamente públicos pelo titular, resguardados os direitos do titular e os princípios previstos nesta Lei.

§ 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei.



§ 6º A eventual dispensa da exigência do consentimento não desobriga os agentes de tratamento das demais obrigações previstas nesta Lei, especialmente da observância dos princípios gerais e da garantia dos direitos do titular.

§ 7º O tratamento posterior dos dados pessoais a que se referem os §§ 3º e 4º deste artigo poderá ser realizado para novas finalidades, desde que observados os propósitos legítimos e específicos para o novo tratamento e a preservação dos direitos do titular, assim como os fundamentos e os princípios previstos nesta Lei.

(grifo nosso)

#### **4. SITUAÇÕES DE COLETA DE DADOS**

Os Dados Pessoais e Dados Sensíveis são coletados quando do acesso ou cadastramento no site da AGAFARMA, compra de medicamentos controlados, compras de modo geral, medicamentos da farmácia popular, pedidos de entregas, cadastramento nos programas de fidelidade e descontos, bem como quando do cadastramento dos cartões de crédito, entre outros momentos com solicitação de consentimento expresso.

#### **5. FINALIDADE DO USO DOS DADOS**

É necessário o acesso aos dados pessoais e dados sensíveis para o desenvolvimento das finalidades de cumprimento de obrigações legais, cumprimento de contrato, programas de venda ativa e fidelização do cliente, ações de marketing, promoções, sorteios, cadastro nos programas de fidelidade, descontos especiais e ofertas, promoções específicas de laboratórios e/ou fornecedores de produtos de beleza, administração das vendas via e-commerce, tele vendas e outros meios remotos de vendas, bem como para fins de comunicações em geral e ações de publicidade.

Nós tratamos seus dados pessoais apenas para os fins acima e garantimos que eles estejam disponíveis apenas para as pessoas que têm uma necessidade legítima de conhecer e que precisariam de acesso a eles.

#### **6. DO COMPARTILHAMENTO DOS DADOS**

No que tange ao compartilhamento de dados pessoais, os mesmos só serão realizados atendendo os princípios de tratamento de dados da LGPD, esta fase envolve qualquer operação de transmissão, distribuição, comunicação, transferência, difusão e uso compartilhado de dados pessoais.

Este documento está classificado como público para fins da Lei Geral de Proteção de Dados.  
Versão 001/2022

A AGAFARMA realiza a contratação de empresas parceiras objetivando a qualidade e manutenção dos seus serviços, o que inevitavelmente ocasionará em algumas situações o compartilhamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis coletados com estas empresas parceiras e prestadores de serviços.

Toda relação comercial entabulada pela AGAFARMA, seja ela com pessoas jurídicas ou prestadores de serviços pessoa física, está gerenciada por meio de contrato com determinação expressa para o não compartilhamento dos dados e/ou uso diverso daqueles previstos na finalidade desta política de tratamento de dados. Contudo, os dados coletados e armazenados pela Agafarma, somente serão compartilhados nos casos legais supracitados (artigo 7º da Lei 13.709/2018), que dispensam tal autorização.

Os dados coletados e armazenados pela Agafarma, somente serão compartilhados nos casos de:

- Prestação de serviços relacionados diretamente aos produtos e serviços comercializados pela AGAFARMA;
- Prestadores de serviços técnicos de segurança da informação, com ou sem hospedagem de dados em sistemas;
- Prestadores de serviços técnicos contábeis e jurídicos;
- Prestadores de serviços técnicos relacionados as áreas de marketing, publicidade e comunicação;
- Para fins de cumprimento de obrigação legal, cumprimento de ordem judicial, bem como para fins de argumentações processuais, administrativas ou arbitral;
- Para fins de exercer o interesse legítimo da Agafarma ou terceiro relacionado;
- Para fins de proteção a saúde;
- Para os demais fins previstos no artigo 7º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

## 7. DA POLÍTICA DE ARMAZENAMENTO E ELIMINAÇÃO DOS DADOS

A AGAFARMA, esclarece que os dados coletados serão armazenados e conservados nos termos da boa-fé contratual, cumprindo ainda, os princípios da finalidade, adequação, necessidade, transparência, observadas as melhores práticas de segurança da informação pelos prazos previstos em lei, conforme se constata:

**Dados pessoais do titular:** serão armazenados pelo prazo de 05 (cinco) anos após o término da relação contratual ou solicitação de exclusão, nos termos previstos nos artigos 27 do CDC (Código de Defesa do Consumidor) e artigo 206, § 5º, do CC (Código Civil).

**Dados de terceiros:** serão armazenados durante a relação contratual, em razão do interesse legítimo para cumprimento contratual.

**Dados Digitais:** serão armazenados pelo período mínimo de seis meses, nos termos previstos pelo artigo 15 da Lei nº 12.965/2014.

A eliminação dos dados ou anonimização será realizada a pedido do titular dos dados ou seu representante, de modo que os dados pessoais e/ou dados pessoais sensíveis se tornem não identificáveis. Exceto em casos cuja manutenção do armazenamento se mostra necessária para fins de cumprimento de obrigações legais, exercício do direito ou defesa em processos judiciais, administrativos e de arbitragem, atendimento a legítimo interesse, bem como os demais casos previstos na Lei 13.709/2018.

## 8. DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DOS DADOS

A AGAFARMA para segurar a privacidade de seus dados empenha-se, continuamente na implementação de medidas técnicas e organizacionais, tais como segurança de sistemas, restrições de acesso e políticas internas voltadas aos nossos colaboradores.

Nas situações de cadastramento no site ou plataforma da Agafarma, pedimos que seja responsável na elaboração de sua senha pessoal e intransferível, que não repasse para outras pessoas e nem defina senhas idênticas às aquelas já utilizadas em outras plataformas de cadastros.

Destacamos que mesmo diante de todo empenho da Agafarma em preservar a sua privacidade, mediante a proteção dos dados pessoais, nenhum sistema é completamente seguro, estando a margem de ameaças cibernéticas, em caso de eventual ocorrência envolvendo qualquer violação de dados pessoais, a Agafarma garante a imediata operacionalização de protocolos de resposta para correção e mitigação dos efeitos, bem como o cumprimento das medidas legais cabíveis, especialmente as previstas pela LGPD.

A Agafarma não pode assegurar ou garantir a segurança de quaisquer informações transmitidas ou fornecidas durante a navegação pelo site, e fica a critério do usuário assumir esse risco. Em última análise, o usuário é o único responsável pela manutenção da privacidade das suas senhas e/ou de quaisquer informações sobre o seu registro, devendo ser cuidadoso e responsável sempre que estiver navegando on-line. Por outro lado, o usuário deverá estar ciente de que é o único responsável por qualificar suas informações como privativas ou não, e assim decidir, por sua conta e risco, fornecê-las na navegação on-line.

Também, o usuário deve estar atento a que os direitos de privacidade independem e não se confundem com direitos de propriedade intelectual, direitos de imagem, direitos à honra e a reputação, e outros direitos da personalidade, e que, portanto, nem sempre as informações que fornece no site serão protegidas pelos mesmos.

Este documento está classificado como público para fins da Lei Geral de Proteção de Dados.  
Versão 001/2022

## 9. DA POLÍTICA DE COOKIES

Os Cookies armazenados quando da navegação nos sites e aplicativos da AGAFARMA, ao serem gravados nos suportes digitais possibilitam uma busca personalizada, considerando os hábitos do titular, de forma a direcionar aqueles produtos e serviços específicos para o titular do dado.

## 10. DIREITOS DOS TITULARES DE DADOS

Os agentes possuem o dever de realizar o tratamento, respeitando os direitos dos titulares, dos quais os previstos no art. 6º da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) decorrem dos seguintes princípios:

- **Finalidade específica** e informada explicitamente ao titular;
- **Adequação** à finalidade previamente acordada e divulgada;
- **Necessidade** do tratamento, limitado ao uso de dados essenciais para alcançar a finalidade inicial;
- **Acesso livre**, fácil e gratuito das pessoas à forma como seus dados são tratados;
- **Qualidade de dados**, deixando-os exatos e atualizados, segundo a real necessidade no tratamento;
- **Transparência**, ao titular, com informações claras e acessíveis sobre o tratamento e seus responsáveis;
- **Segurança** para coibir situações acidentais ou ilícitas como invasão, destruição, perda, difusão;
- **Prevenção** contra danos ao titular e a demais envolvidos;
- **Não discriminação**, ou seja, não permitir atos ilícitos ou abusivos;
- **Responsabilização** do agente, obrigado a demonstrar a eficácia das medidas adotadas.

O titular dos dados poderá exercer seus direitos, sobretudo aqueles previstos no artigo 18 da Lei 13.709/2018, conforme abaixo elencados:

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

- I - confirmação da existência de tratamento;
- II - acesso aos dados;
- III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;



V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

§ 1º O titular dos dados pessoais tem o direito de peticionar em relação aos seus dados contra o controlador perante a autoridade nacional.

§ 2º O titular pode opor-se a tratamento realizado com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento, em caso de descumprimento ao disposto nesta Lei.

§ 3º Os direitos previstos neste artigo serão exercidos mediante requerimento expresso do titular ou de representante legalmente constituído, a agente de tratamento.

Importante salientar que em razão de futura regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), poderá ser realizadas solicitações de informações adicionais.

## 11. DA LEI APLICÁVEL E JURISDIÇÃO

Salvo disposição em contrário neste Termo, o presente Aviso será exclusivamente regido e interpretado de acordo com as leis do Brasil. Cada disputa, conflito ou controvérsia, quaisquer que sejam, que surjam do ou se relacionem com o presente Aviso, incluindo os relativos à sua validade, à sua interpretação ou à sua aplicabilidade, serão resolvidos pelos tribunais do seu domicílio, sendo eleito o Foro Central da Comarca de Porto Alegre/RS, para medidas cautelares e para a execução da sentença arbitral.

Ao clicar em "Concordo" ou assinar abaixo (tal como vier a ser exigido pela lei aplicável), você reconhece expressamente que leu, compreendeu, tomou as medidas necessárias para avaliar cuidadosamente as consequências deste Aviso de Privacidade.

## 12. DEMAIS DISPOSIÇÕES

Caso algum ponto deste Aviso seja considerado inaplicável pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou por autoridade administrativa ou judicial competente, as demais condições permanecerão em pleno vigor e efeito.



### **13. DA ATUALIZAÇÃO E VERSÃO DESTE TERMO**

O presente Aviso será revisto e atualizado a qualquer tempo, se necessário e sempre atento à conformidade com a legislação vigente.

Atualizado em 13 de setembro de 2022



Este documento está classificado como público para fins da Lei Geral de Proteção de Dados.  
Versão 001/2022